

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Apresentação	11
Introdução	19
Capítulo 1 – Breves notas sobre a reclamação no Brasil: surgimento, natureza jurídica e principais aspectos	23
1.1 O surgimento da Reclamação no Brasil	23
1.2 A Reclamação e o CPC/2015 – fase codificada	31
1.2.1 A Reclamação e a Resolução n. 12/2009 do STJ	36
1.3 A teoria dos poderes implícitos	38
1.4 Natureza jurídica	41
Capítulo 2 – A Reclamação: hipóteses de cabimento no CPC	51
2.1 A finalidade da Reclamação	54
2.2 Preservar a competência do tribunal	56
2.3 Reclamação para garantir a autoridade da decisão do tribunal	60
2.5 Reclamação por violação à súmula vinculante (art. 103-A, §3º da CF)	66
2.5 Reclamação para garantia da tese jurídica firmada em julgamento de IRDR e de IAC (art. 988, IV do CPC)	78
	15

2.6	A reclamação e o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral e o Recurso Especial e Extraordinário Repetitivo (art. 988, §5º, II)	83
2.7	Reclamação contra as decisões de Juizado Especiais Cíveis: Resolução n. 12/2009, Resolução n. 3/2016 e o CPC.....	90

Capítulo 3 – Reclamação e o recurso extraordinário com repercussão geral e o recurso especial e extraordinário repetitivo: aprofundamento teórico.....		93
3.1	Breves considerações sobre recurso extraordinário com repercussão geral e recurso especial e extraordinário repetitivos no contexto dos precedentes obrigatórios.....	94
3.2	Afinal, o que é observar o precedente e como a reclamação pode contribuir?	100
3.3	Esgotamento das instâncias ordinárias e o caso do art. 1.030 I, “a” e “b” do CPC	105
3.4	O posicionamento dos tribunais superiores à luz da nova redação do art. 988, §5º, II do CPC.....	110
3.5	O STJ e a Reclamação n. 36.476/SP – a limitação criada pelo STJ para dizer o seu próprio precedente.....	127
3.5.1	Generalidades da reclamação e desse julgamento do STJ....	127
3.5.2	Qual hipótese foi tratada pelo STJ?	129
3.5.3	Críticas à decisão do STJ	136
3.5.4	As alternativas à impugnação da decisão que inadmite os recursos excepcionais fundamentados no regime da repercussão geral ou recursos repetitivos.....	143
3.5.4.1	A decisão de inadmissibilidade, a negativa de seguimento e o art. 1.030 do CPC	145
3.5.4.2	Agravo em recurso especial ou em recurso extraordinário.....	151
3.5.4.3	Novo recurso especial ou recurso extraordinário	155

3.5.4.4	Ação rescisória.....	158
 Capítulo 4 – A Reclamação e sua nova função de interpretação e controle da <i>ratio decidendi</i>		
163		163
4.1	Compreendendo os precedentes no direito brasileiro e sua força vinculante.....	167
4.2	Tese jurídica e <i>ratio decidendi</i> : o que a reclamação tem com isso?	176
4.3	A <i>ratio decidendi</i> e a tese jurídica nunca são estáticas: oxigenação do direito	191
4.3.1	<i>Obiter dictum</i>	203
4.4	A reclamação como instrumento de afirmação do precedente	208
4.5	Reclamação por ofensa à norma do precedente	216
4.3	O Caso da Reclamação n. 4374/PE e outras decisões importantes para aprimorar a compreensão da reclamação e a sua função no CPC	233
4.7	A reclamação e a sua contribuição para refinamento da <i>ratio decidendi</i>	240
4.8	Reclamação como ferramenta de aceleração dos precedentes e da litigância repetitiva	253
 Capítulo 5 – A Reclamação e os litígios de massa: um tratamento homogêneo ao redimensionamento ou revisão do precedente		
261		261
 Capítulo 6 – O procedimento para a reclamação que analisa a norma do precedente: o refinamento da <i>ratio decidendi</i>.....		
273		273
6.1	Contraditório qualificado (art. 927, §2º, do CPC)	283
6.2	Pluralidade do debate – ampliação da participação no procedimento direcionado à revisão, redimensionamento ou superação da <i>ratio decidendi</i> pela reclamação.....	292
6.3	Afetação do caso e publicidade.....	301
6.4	Segurança jurídica e a modulação na reclamação	307

Capítulo 7 – A reclamação e a origem de um novo precedente..... 321**Capítulo 8 – Aspectos procedimentais e processuais da Reclamação .. 331**

8.1	Generalidades	339
8.2	Fase postulatória.....	341
8.3	Legitimidade	345
8.4	Indicação da decisão paradigma	348
8.5	Prova.....	350
8.6	Competência	351
8.7	Tutela provisória.....	353
8.8	Fase ordinatória	356
8.9	Fase decisória	359
8.10	Meios de Impugnação da decisão da reclamação	363
8.11	A reclamação, os recursos e a prejudicialidade.....	363
8.12	Intervenção do Ministério Público	366
8.13	Prazo para ajuizamento da reclamação	366
8.14	Reclamação repetitiva.....	368

Conclusão 373**Bibliografia** 377